

## **5. EDUCAÇÃO**

### **5.1. Introdução**

A presente análise apresenta aspectos quantitativos e qualitativos da Educação no Município de São José dos Campos, destacando a dinâmica da rede pública, e especialmente municipal de ensino. Compreendendo que um diagnóstico deste tipo não deva trazer à discussão aspectos da pedagogia de ensino, discutidos amplamente nos planos municipais de educação, o texto procura destacar elementos que podem sofrer interferência e influenciar o planejamento territorial, em seu componente do bem-estar dos indivíduos residentes na cidade, e no avanço dos indicadores sociais de qualidade de vida.

O fator mais importante e cuja preponderância é clara neste diagnóstico é a oferta de vagas no ensino da rede pública, oferta que é condição fundamental da estruturação de comunidades.

Ressalte-se que a implantação do ensino fundamental de nove anos (Lei 11.274 de 07/02/2006), e a obrigatoriedade da frequência ao ensino infantil para crianças de 4 e 5 anos (Emenda Constitucional 59, de 11/11/2009) representam novos desafios para o poder público, pois implicam na determinação legal de atender a toda demanda criada com estas mudanças. A meta número 1 da Educação Infantil, no Plano Municipal de Educação (lei 9.298/2015), que previa o atendimento de toda a demanda para 4 e 5 anos nas Escolas Municipais de Educação Infantil, já foi atendida.

Outro fator que tornou mais complexo o planejamento da alocação de vagas foi a Portaria 168/2013 do programa governo federal, relativa ao programa “Minha Casa, Minha Vida”; portaria esta que modifica o critério de distribuição das vagas nos programas de interesse social, passando a atender em cada empreendimento não apenas os moradores da região, mas de todo o Município. Com isso, o deslocamento de crianças entre as regiões passou a ser menos controlado, em virtude das mudanças de domicílios das famílias contempladas pelo programa habitacional. Até o presente, a Secretaria Municipal de Educação, em parceria com a Diretoria Estadual de Ensino, conseguiu estruturar as escolas existentes para atender os novos moradores; porém a implantação de empreendimentos na região do Limoeiro, Cajuru e Pinheirinho dos Palmares demandará uma força-tarefa conjunta para solucionar o atendimento escolar, visto que as regiões não apresentam no momento estrutura para atender às demandas previstas.

## **5.2. Dados educacionais em São José dos Campos**

O que se segue é uma interpretação das bases de dados do Censo da Educação Básica, instrumento de planejamento do Ministério da Educação destinado a recensear anualmente as escolas em território nacional.

Para discriminar as regiões das escolas, foi utilizada a divisão em regiões geográficas, conforme Plano Diretor e Lei de Parcelamento Uso e Ocupação do Solo vigente. As escolas rurais foram agrupadas artificialmente na região Rural Norte (uma vez que elas só existem no espaço rural norte).

Em virtude das mudanças ocorridas no Censo Escolar a partir de 2007, nem sempre foi possível retroagir a um horizonte mais longo de tempo. Optou-se por análises decenais (2006-2015), para alguns casos, e quinquenais (2011-2015) para outros – em especial aquelas relacionadas à dinâmica intrarregional do Município.

### Total de matrículas

A análise da variável indicativa do número de matriculados, ao longo dos censos escolares 2011 a 2015, permite entrever um pouco da dinâmica de frequência às diferentes escolas de São José dos Campos; em conjunto com outros subsídios para o entendimento das dinâmicas populacionais, a abordagem permite esclarecer um pouco da relação entre oferta e procura de vagas em diferentes áreas da cidade.

Os dados censitários revelam que o número de matrículas no ensino infantil, tanto na rede pública quanto na rede privada, aumentou significativamente no período em estudo. No caso da rede municipal, houve um incremento de mais de sete mil vagas. De acordo com a região, os totais de matrículas no ensino infantil público municipal foram os seguintes, ao longo do período:



IMI Helena Ferreira (Jardim Jussara)

Foto: PMSJC

Tabela 12 – Evolução das matrículas no Ensino Infantil público municipal segundo região

<b>Ensino Infantil</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>Variação</b>	<b>Variação</b>
<b>CENTRO</b>	948	1245	1360	1476	1862	914	96%
<b>LESTE</b>	606	6664	7197	7408	7670	1608	27%
<b>NORTE</b>	240	2649	2931	3112	3122	716	30%
<b>OESTE</b>	421	386	411	414	424	3	1%
<b>RURAL NORTE</b>	95	162	171	192	198	103	108%
<b>SÃO FRANCISCO</b>	57	78	103	110	107	50	88%
<b>SUDESTE</b>	1078	1358	1479	1912	1955	877	81%
<b>SUL</b>	8917	9537	1120	1230	1234	3431	38%

Fonte: Censo Escolar/INEP

Destaca-se o aumento absoluto considerável de vagas na região Sul, e o aumento proporcional na região Centro. Também a região Sudeste, com a implantação da escola Lúcia Maria do Amaral, observou um bom crescimento no número total de matrículas no Ensino Infantil. A região Leste, contudo, continua com um aumento tímido no número de vagas, em especial se considerarmos que vem sendo objeto de implantação de loteamentos populares e que possui um perfil familiar típico ainda bastante jovem.

Outro fator a ser destacado é que, com o aumento do ensino fundamental (de oito para nove anos, a partir de 2006), fez-se necessário a reorganização da rede, com a transferência de crianças a partir de seis anos para as Escolas Fundamentais, e as Escolas de Educação Infantil puderam ampliar a demanda (inclusive através de construção de novas unidades menores).



EMEI Lúcia Maria do Amaral (Jardim Santa Luzia) Foto: PMSJC

Também é verificado um aumento contínuo nas matrículas da rede privada (cerca de quatro mil novas matrículas), porém bem menos significativo do que o aumento de matrículas da rede pública – o que reforça a tese de que o aumento se verificou entre aqueles que, por falta de condições socioeconômicas, não tinham acesso à creche ou ensino infantil. Houve ainda uma ligeira diminuição no número de matrículas em creches conveniadas.

Os demais ciclos não apresentam um quadro de aumento do número de vagas na rede pública, o que nestes casos poderá ser relacionado à dinâmica demográfica. Dois fatores contribuem para a variação observada ano a ano do número de matriculados nos

ensinos fundamental e médio: a transferência de alunos entre as redes pública e privada e o aumento ou diminuição populacional efetivo nas faixas etárias correspondentes.

A diminuição do número de matrículas no Ensino Fundamental é observada na rede pública municipal, mas não na privada. Na rede pública de ensino fundamental, agrupando dados das escolas estaduais e municipais, o quadro por região é o seguinte:

Tabela 13 – Evolução das matrículas de Ensino Fundamental das escolas estaduais e municipais segundo região

<b>Ensino Fundamental</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>Variação</b>	<b>Variação</b>
<b>CENTRO</b>	5162	4880	4643	4326	4023	-1139	-22%
<b>LESTE</b>	2273	2275	2234	21826	2064	-2087	-9%
<b>NORTE</b>	1003	9991	9417	9638	9051	-982	-10%
<b>OESTE</b>	1670	1612	1492	1423	1344	-326	-20%
<b>RURAL NORTE</b>	1108	1066	1068	1020	992	-116	-10%
<b>SÃO FRANCISCO</b>	613	617	611	574	562	-51	-8%
<b>SUDESTE</b>	6579	6458	6290	6058	5971	-608	-9%
<b>SUL</b>	27219	2622	2542	2463	2335	-3861	-14%

Fonte: Censo Escolar/INEP

Observa-se que um número significativo de matrículas deixou de se verificar nas regiões Leste e Sul; proporcionalmente, as regiões Oeste e Centro viram uma redução de um quinto dos estudantes matriculados nas escolas públicas de nível fundamental. O fato de que estas duas últimas regiões já apresentem uma transição mais adiantada para famílias pequenas ajuda a explicar o menor número de matrículas no ensino público, bem como a maior capacidade de seus moradores em aderir ao ensino privado. No caso da região Oeste, houve em 2015 a desativação da escola municipal Professora Ignez Sagula Fossa, que chegou a atender 103 alunos em 2013. Em regiões mais vulneráveis, como São Francisco Xavier ou Rural Norte (escolas rurais), o padrão de matrículas pouco mudou ao longo do período, embora mesmo aí já se notem indícios de transição demográfica.

Por fim, o ciclo do Ensino Médio apresenta queda no número de matrículas tanto na rede privada quanto pública (que neste caso é exclusivamente estadual). Regionalmente, a distribuição de matrículas no Ensino Médio da rede estadual é a seguinte:

Tabela 14 - Matrículas no Ensino Médio da rede estadual segundo região

<b>Ensino Médio</b>	<b>2011</b>	<b>201</b>	<b>201</b>	<b>201</b>	<b>201</b>	<b>Variação</b>	<b>Variação</b>
<b>CENTRO</b>	3284	3234	3044	2900	2449	-835	-25%
<b>LESTE</b>	6134	6357	6309	6580	6215	81	1%
<b>NORTE</b>	2364	2334	2372	2587	2450	86	4%
<b>OESTE</b>	1098	1178	1169	1425	1347	249	23%
<b>RURAL NORTE</b>	338	306	306	325	280	-58	-17%
<b>SÃO FRANCISCO</b>	181	199	200	205	186	5	3%
<b>SUDESTE</b>	2104	2012	2023	2006	1871	-233	-11%
<b>SUL</b>	820	7994	8038	7968	7462	-746	-9%

Fonte: Censo Escolar/INEP

Chama a atenção o fato de que a região Oeste apresenta saldo positivo de 249 novas matrículas. Este saldo se deve à expansão de vagas na escola Maria Aparecida Veríssimo Madureira Ramos, que saltou de 412 matrículas em 2011 para 643 em 2015 (depois de registrar 721 em 2014). O aumento talvez se explique pelo oferecimento recente de curso técnico na escola. A ausência de outra escola de ensino médio na região, à exceção da ETEC, é parcialmente compensada pela profusão de escolas privadas; porém, não há garantias de que não haverá migração de alunos entre as redes. Com a implantação do Conjunto Habitacional Mirante do Limoeiro, haverá uma nova demanda; ainda que, a princípio, famílias que integram os conjuntos populares tendem a ter crianças mais novas (o que, de toda forma, pode representar um problema, visto que a região não possui creche pública, apenas escola de educação infantil). Cabe destacar ainda que uma grande área desta região não possui qualquer equipamento público de educação, sendo composta majoritariamente por domicílios de alta renda (Urbanova).

Crescimento semelhante foi verificado na Escola Estadual Ana Cândida de Barros Molina, localizada na Vila Industrial (311 matrículas no ensino médio em 2011, contra 507, em 2015): neste caso, parte do aumento deve ser creditado ao fato de que a Escola Estadual Francisco Pereira, na mesma região, passou a funcionar em período integral, atendendo a uma menor quantidade de alunos.

Já a região Centro foi a que mais viu a redução de matrículas no Ensino Médio, em números absolutos ou relativos: uma redução de mais de 800 matrículas, correspondente a um quarto do total em 2011. As escolas Marechal Rondon (Monte Castelo) e Olímpio Catão (Centro) deixaram de oferecer o Ensino Médio em 2014, o que implicou significativa redução do número de matrículas na região, concentradas hoje nas escolas Estevam Ferri, Marilda Ferreira e João Cursino. A região Norte viu um pequeno crescimento no número de matrículas, talvez reflexo do crescimento das crianças de famílias que se instalaram nos programas habitacionais da área; a demanda foi parcialmente atendida pela nova escola estadual Diácono Hamilton Bontorim de Souza (Vila Paiva).



Escola Estadual Diácono Hamilton Bontorim de Souza (Vila Paiva). Foto: Diocese de São José dos Campos

O mapa a seguir destaca os aumentos mais expressivos no número de matrículas em escolas da rede pública de São José dos Campos, no período em estudo. Foram selecionadas apenas as escolas com aumento (ou criação de vagas, no caso das escolas e creches inauguradas) superior a 150 matrículas, somando-se os ciclos:



Figura 49 Mapa com escolas que observaram crescimento de ao menos 150 matrículas

Fonte: Censo Escolar/INEP

Já para a diminuição do total de matrículas, mantendo o valor de 150 matrículas, perdidas entre 2011 e 2015, o mapa é o seguinte:



Figura 50 - Mapa com escolas que registraram redução de ao menos 150 matrículas

Fonte: Censo Escolar/INEP

Finalmente, o mapa a seguir ilustra os principais aumentos e os principais decréscimos de matrículas no período 2011-2015.

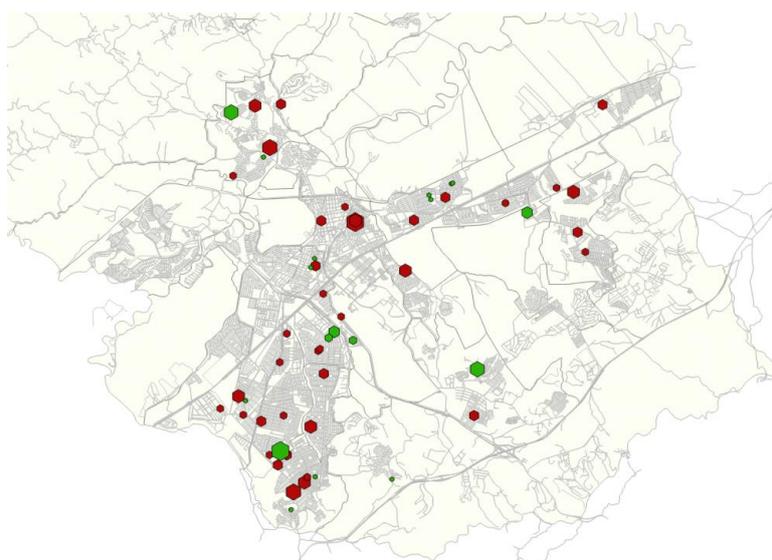


Figura 51 Mapa com principais aumentos e decréscimos de matrículas em escolas de São José dos Campos, entre 2011 e 2015

Fonte: Censo Escolar/INEP

Também dispomos de dados relativos ao ano de 2016, na rede municipal. A tabela seguinte mostra o total de matrículas por região, na rede municipal:

Tabela 15 - Matrículas na rede municipal segundo região

Rede		Região						Total
		Centro	Norte	Sul	Sudeste	Leste	Oeste	
Infantil	Municipal	1.977	2.346	7.811	1.720	6.007	418	20.279
	Conveniada	734	844	1.919	657	1.679	65	5.898
Fundamental		1.431	4.990	13.016	2.220	11.594	1.210	34.461

Fonte: Censo Escolar/INEP

### Média de alunos por turma

Além do número bruto de matrículas, outro indicador importante para compreender a dinâmica escolar é a média de alunos por turma, que possui impactos diretos na condição de trabalho do professor e no aprendizado do aluno. Idealmente, com a transição demográfica, abre-se uma oportunidade para que o número médio de alunos por turma seja reduzido.

De modo geral, observa-se que em São José dos Campos a redução da média de alunos por turma é praticada tanto nas redes estadual quanto municipal.

A análise conforme região revela os seguintes quadros, quanto à média de alunos por turma na rede pública (municipal e estadual no fundamental, estadual no médio) de São José dos Campos:

Tabela 16 - Média de alunos por turma na rede pública nas diferentes regiões

REGIÃO	Fundamental		Médio	
	2011	2015	2011	2015
<b>CENTRO</b>	30.9	27.7	36.9	32.2
<b>LESTE</b>	33.6	29.7	37.1	34.3
<b>NORTE</b>	33.8	29.4	37.5	30.6
<b>OESTE</b>	30.9	27.4	36.6	35.4
<b>RURAL NORTE</b>	31.6	25.6	28.1	28.0
<b>SÃO FRANCISCO XAVIER</b>	27.9	28.1	30.1	31.0
<b>SUDESTE</b>	33.7	31.1	35.7	31.7
<b>SUL</b>	33.5	29.2	37.0	31.6

Fonte: Censo Escolar/INEP

Observe-se que a região Oeste novamente dá sinais de saturação no Ensino Médio, com o ainda elevado número médio de alunos por turma (35,4). A região Leste também apresenta alto número médio de alunos nas turmas do Ensino Médio. Quanto ao ciclo do Ensino Fundamental, a única região acima da média de 30 alunos por turma é a Sudeste.

### **Matrículas por série escolar**

O gráfico a seguir mostra o número total de matrículas iniciais realizadas nos anos 2006 e 2015, para as três redes (estadual, municipal e particular), conforme a série escolar dos ensinos fundamental e médio em São José dos Campos:

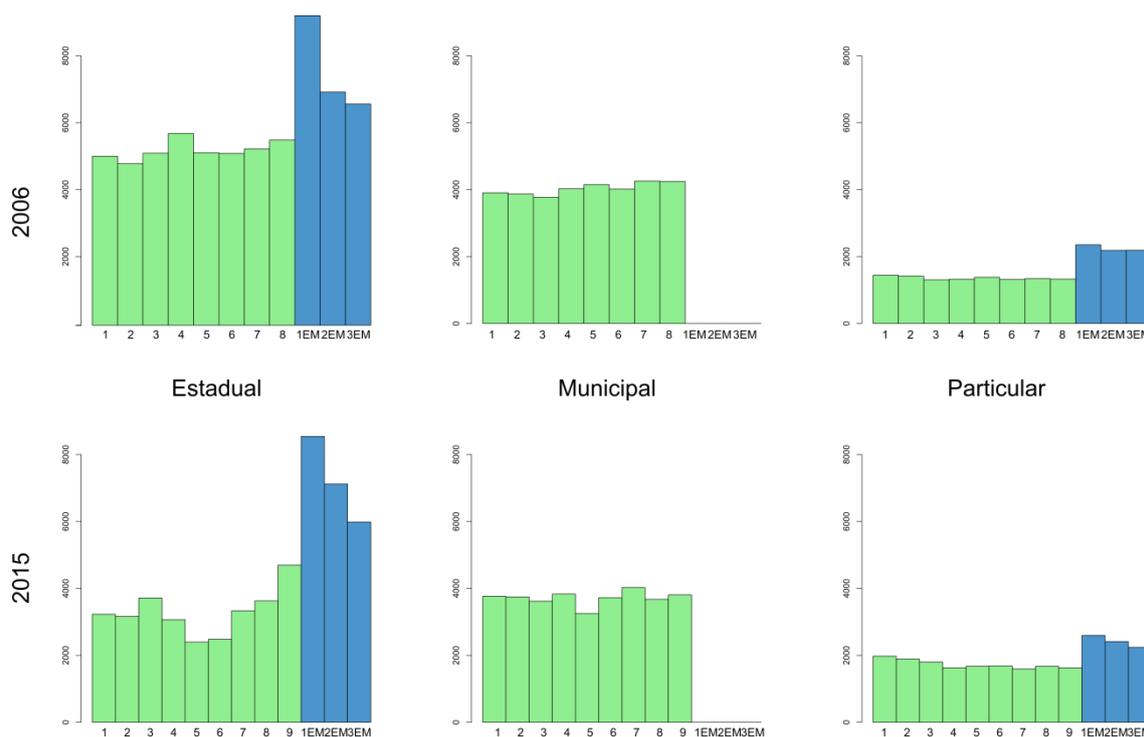


Figura 52 Matrículas por série letiva, conforme a rede, nos anos 2006 e 2015

Fonte: Censo Escolar/INEP

De início, o que mais parece pertinente no gráfico, é notar que a rede estadual, nos ciclos da educação fundamental, vem observando uma redução no número de matrículas. Essa redução não é perceptível nas redes municipal e particular que, no entanto, não permaneceram estáveis quanto ao número de matrículas. Uma hipótese explicativa é que, ainda que se observe uma redução no número de crianças (por conta de novos arranjos familiares, menores em relação ao número de filhos), a demanda por escolas municipal permanece constante no ensino fundamental, visto que os familiares usualmente preferem esta rede àquela. A rede municipal trabalharia num nível máximo de demanda, enquanto que a rede estadual sentiria o impacto demográfico de forma mais imediata.

Outra observação interessante é com relação ao decréscimo suave, porém contínuo, em matrículas na rede particular ao longo dos anos em cada ciclo, o que pode sinalizar dificuldades financeiras das famílias em manter os filhos na rede privada de ensino.

Já para o ensino médio estadual, a redução contínua em matrículas no ensino médio remete ainda, infelizmente, à evasão escolar.

## Horário de início e fim do período escolar

É possível extrair da base de dados do Censo Escolar 2015 os horários de entrada (com hora e minuto) de cada turma, e ponderar este indicador com o número de alunos em cada uma destas turmas. Também há uma variável indicando a duração total das aulas de cada turma. Com estes valores, tem-se uma noção do movimento de entrada e saída de alunos, informação que foi analisada nesta seção para a rede pública de São José dos Campos.

O gráfico a seguir mostra, conforme a região, o total de alunos matriculados conforme o horário de início das turmas:

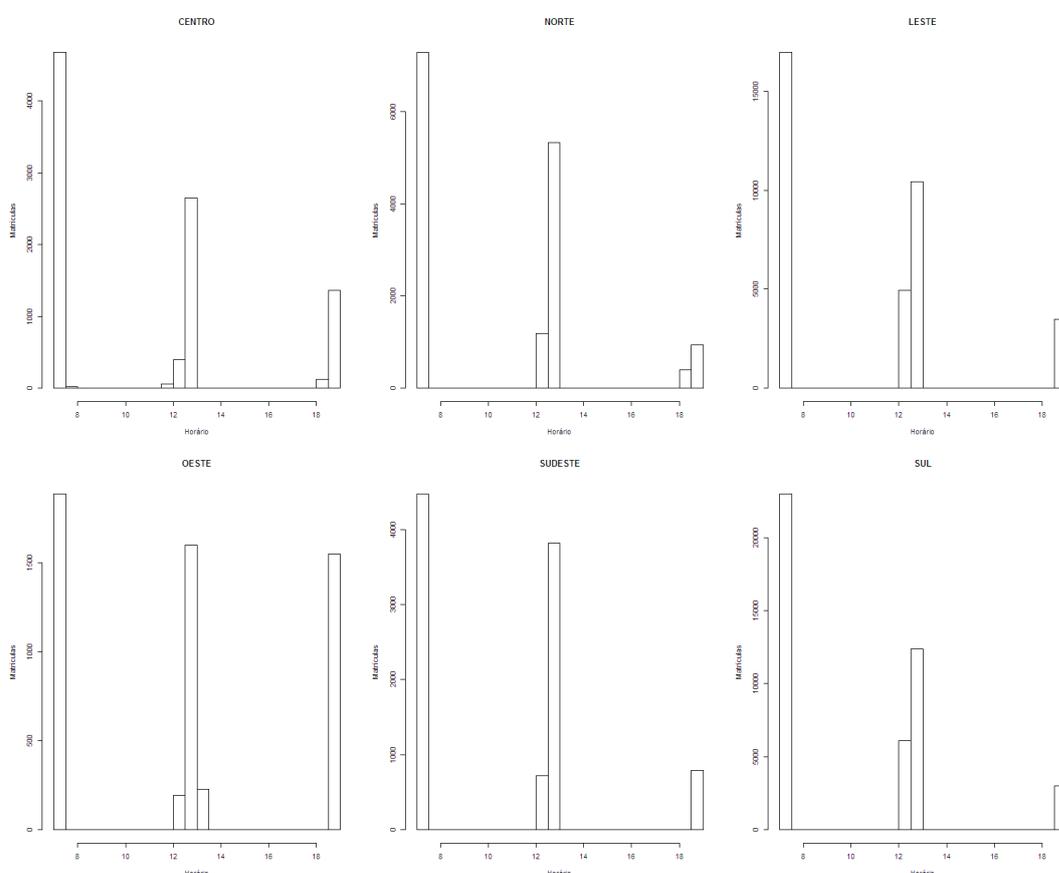


Figura 53 - Horário de início das turmas (regulares) da educação básica em São José dos Campos

Fonte: Censo Escolar/INEP

Ficam delineados em todas as regiões os picos de entrada e saída de alunos no período matutino (por volta das 7 horas) e vespertino (por volta das 13 horas), além de eventuais registros de entradas noturnas, a maioria dos quais em cursos de alfabetização de jovens e adultos e profissionalizantes (concomitantes ou não com o ensino médio). Esta razão, por sinal, explica o número alto de matrículas em turmas iniciadas no período

vespertino e noturno na região Oeste - são os alunos da ETEC. A região Sudeste também apresenta um número relativamente grande de alunos no período vespertino. Todas as demais regiões apresentam um número maior de alunos no período matutino. O fenômeno tem destaque no Centro, onde são registradas turmas de quase 5 mil alunos no horário entre 7 e 8 da manhã, contra menos de 3 mil alunos que entram na escola por volta do meio-dia.

Em princípio, esta dinâmica recomendaria o deslocamento de mais alunos para o período vespertino. Para fins de aproveitamento de recursos escolares, esta estratégia pode até ser ideal, mas em termos de deslocamentos é inadequada, pois os mesmos dados permitem analisar o horário do final das turmas (e conseqüentemente de saída dos alunos):

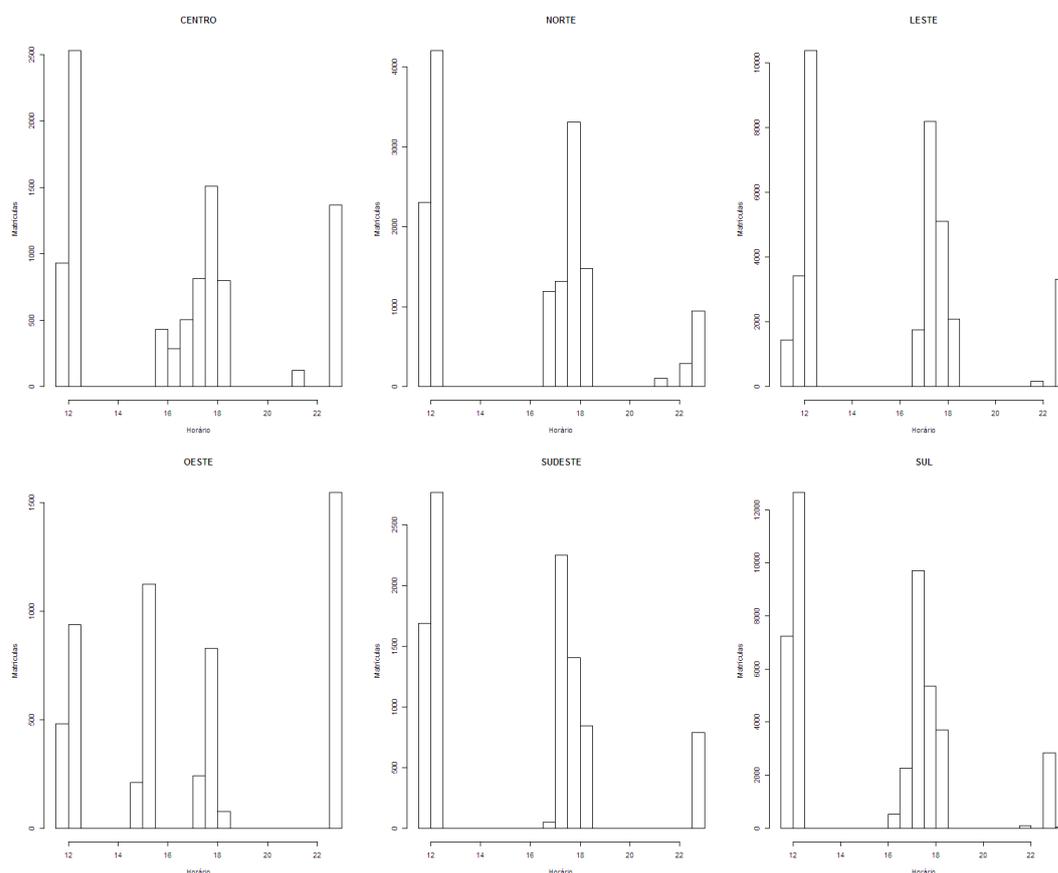


Figura 54 Horário de saída das turmas (regulares) da educação básica em São José dos Campos

Fonte: Censo Escolar/INEP

Condizente com a situação, na maioria das regiões, de maior entrada de alunos no período matutino, observa-se um pico mais proeminente de horário final da turma por volta do meio-dia. Na região Oeste, aparece um grande volume de saídas de turmas no

horário próximo às 22 horas. As regiões Sul e Norte são as menos movimentadas em saídas tardias, em termos relativos (embora a Sul veja o movimento de mais de 2 mil alunos no período). Curiosamente, a saída da tarde é mais bem distribuída na região Centro: já antes das 16 horas observa-se a saída de turmas, que durará até depois das 18.

Quanto à duração das turmas, observa-se que a integralidade atinge apenas algumas poucas escolas estaduais e creches municipais. A maior parte das escolas de nível fundamental pratica a duração de 5 horas (ou 5 horas e 20 minutos, no caso da rede municipal) para todas as turmas.

### Educação de Jovens e Adultos –EJA

A oferta de educação de jovens e adultos no Município de São José dos Campos é feita nas escolas públicas de ensino fundamental e médio, geralmente em período noturno.

O EJA é oferecido em duas modalidades – ensino fundamental e médio. Ainda não é oferecido EJA integrado a curso profissionalizante. Similarmente aos ciclos da educação básica, o Município apenas oferece EJA de Ensino Fundamental. A rede estadual contempla o EJA Fundamental e Médio, e dispõe de um equipamento específico para a modalidade – o Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos (CEEJA), localizado na Vila Cristina, região Norte da cidade.

A oferta de EJA vem diminuindo no Município ao longo do último quinquênio, reflexo talvez de uma dificuldade em atingir interessados além daqueles que já cumpriram os cursos. Os gráficos a seguir ilustram o número total de matrículas nos EJA fundamental e médio, respectivamente, para o período de 2011 a 2015, e para cada região da cidade:

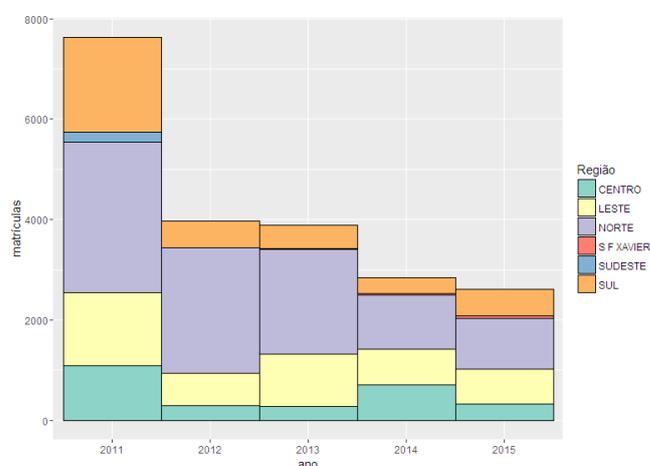


Figura 55 - Matrículas em EJA de nível fundamental entre 2011 e 2015, conforme região

Fonte: Censo Escolar/INEP

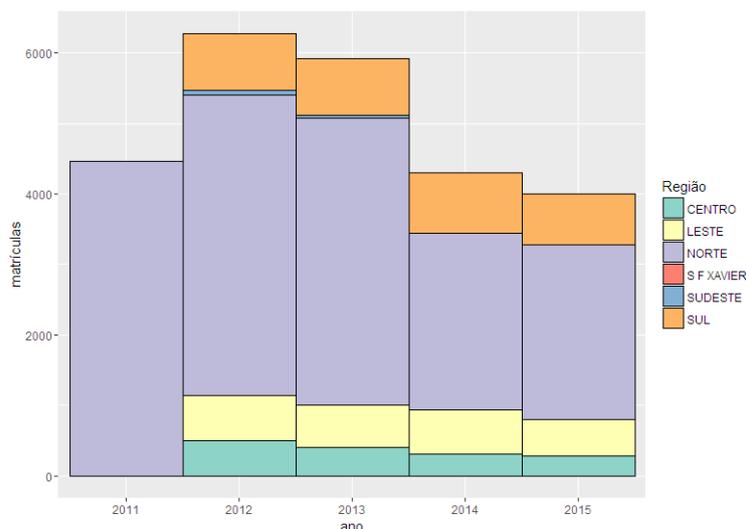


Figura 56 - Matrículas em EJA de nível médio entre 2011 e 2015, conforme região

Fonte: Censo Escolar/INEP

Nota-se a presença fundamental do CEEJA na região Norte, especialmente para a oferta de EJA de nível médio – era o único estabelecimento que oferecia esta modalidade em 2011. Diferentemente da educação básica, o EJA não necessariamente precisa estar disseminado no território, pois em tese as opções de deslocamento para os jovens e adultos são mais amplas; logo, o CEEJA pode atender demandas de outras regiões (embora caiba a reflexão sobre a facilidade que representaria a instalação de um equipamento semelhante em regiões mais populosas).

O índice de alfabetização em São José dos Campos, conforme o Censo Demográfico de 2010, atinge a quase totalidade da população (95,73%). Na faixa de 18 a 25 anos, tomada como focal para analisar a alfabetização de jovens (e prioritária para elevação de escolaridade, conforme meta oito do Plano Municipal de Educação – Lei 9.298/2015), o índice chega a 99%. No entanto, permanecem algumas áreas que demandam maior atenção, principalmente nos novos espaços de periferias constituídos ao longo dos últimos anos. O mapa a seguir compara o índice de alfabetização na faixa de 18 a 25 anos nos Censos Demográficos de 2000 e 2010, de acordo com setores censitários no perímetro urbano.

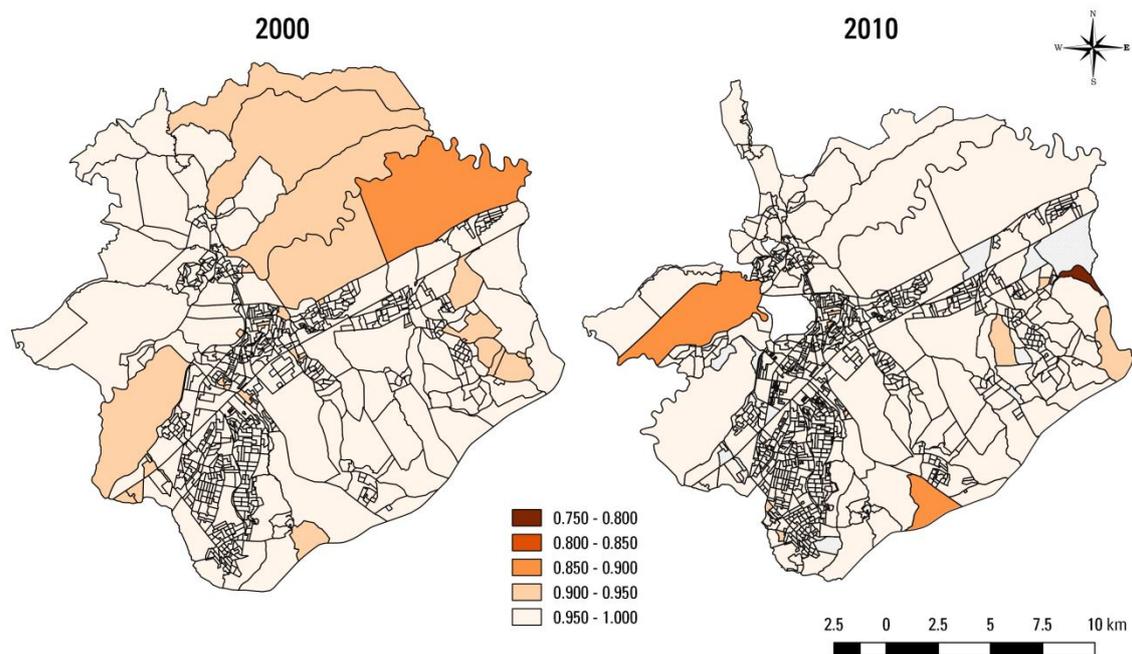


Figura 57 - Proporção de pessoas de 18 a 25 anos alfabetizados, por setor censitário

Fonte: Censo demográfico/IBGE

Observa-se que houve uma redução da homogeneidade no analfabetismo de jovens, tendo surgido focos de setores censitários isolados em que a proporção de analfabetismo por vezes chega a 25%.

É interessante também observar a distribuição de idades nas matrículas do EJA, registradas pelo Censo escolar de 2015. Os gráficos a seguir ilustram a distribuição de idade dos matriculados no EJA de Nível Fundamental e de Nível Médio.

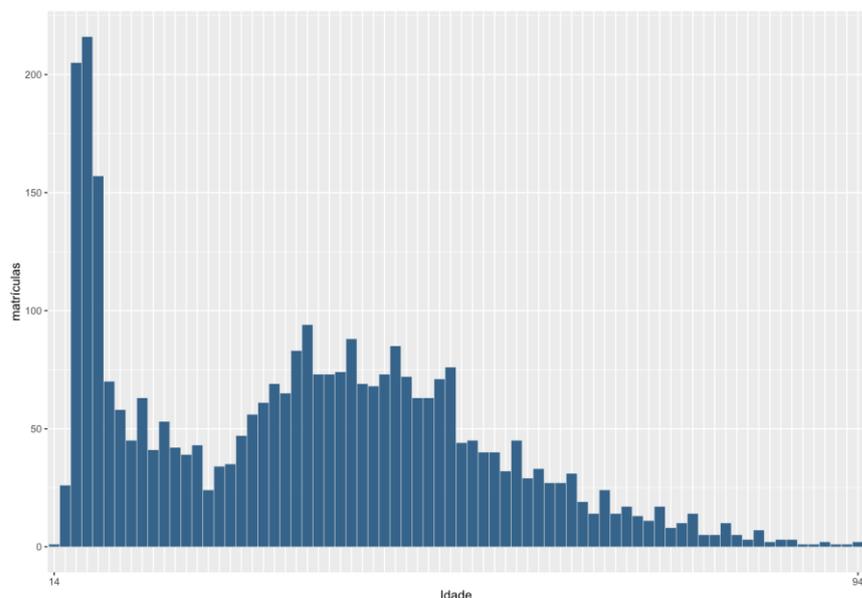


Figura 58 Idade dos matriculados no EJA de nível fundamental

Fonte: Censo escolar/INEP

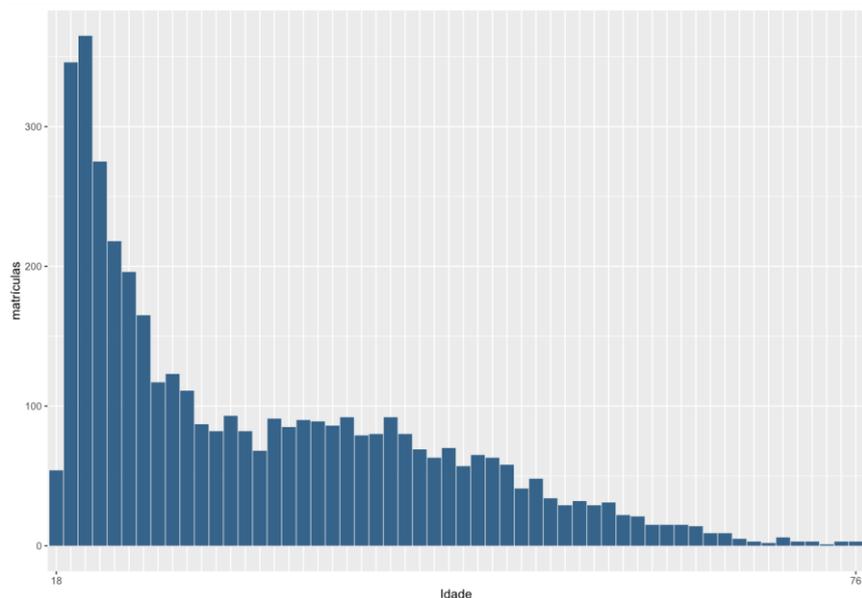


Figura 59 Idade dos matriculados no EJA de nível médio.

Fonte: Censo escolar/INEP.

Através do gráfico percebe-se nitidamente que o EJA de Nível Fundamental atrai jovens da faixa dos 14 anos, e por volta dos 17 anos deixa de despertar interesse – talvez por conta das condições de trabalho dos jovens adultos. A partir dos 30 anos, contudo, registra-se um crescimento no número de matrículas, o que provavelmente sinaliza a necessidade de qualificação para que o indivíduo alcance outras perspectivas de vida.

Já para o EJA de Nível Médio, a distribuição de matrículas segue o padrão de uma curva normal (oblíqua à esquerda), com um decréscimo contínuo a partir dos 20 anos.

### **5.3. Análises territoriais relacionadas à Educação**

Nesta seção, complementarmente à análise dos dados sobre os censos educacionais, são discutidas algumas variáveis relacionadas ao território e seu diálogo com as escolas da rede pública em São José dos Campos.

#### **Distribuição da população menor de 18 anos**

A fonte disponível e mais atualizada para dados demográficos no Município de São José dos Campos é o Censo do IBGE de 2010. Não obstante o passar dos anos, estes dados podem ser encarados, para determinados fins, como representativos da realidade presente.

Nesta seção, será feita a discussão sobre a presença de população em idade escolar nas diversas regiões do Município. Foi realizado o corte, portanto, na população menor de 18 anos, que somava 167.990 indivíduos, em 2010, assim distribuídos:

Tabela 17 Distribuição da população menor de 18 anos

<b>Idade</b>	
<b>Menos de 1 ano</b>	8.572
<b>1 ano</b>	8.185
<b>2 anos</b>	8.386
<b>3 anos</b>	8.476
<b>4 anos</b>	8.568
<b>5 anos</b>	8.510
<b>6 anos</b>	8.428
<b>7 anos</b>	8.562
<b>8 anos</b>	8.815
<b>9 anos</b>	9.387
<b>10 anos</b>	10.428
<b>11 anos</b>	10.039
<b>12 anos</b>	10.415
<b>13 anos</b>	10.052
<b>14 anos</b>	10.341
<b>15 anos</b>	10.529
<b>16 anos</b>	10.006
<b>17 anos</b>	10.291

Fonte: reprodução SIDRA/IBGE

Graficamente:

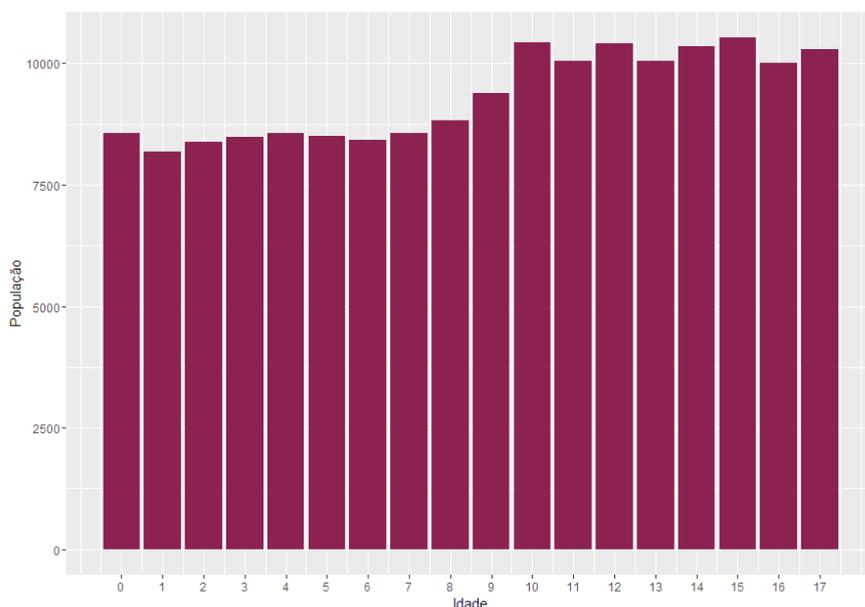


Figura 60 Gráfico de distribuição de idades em 2010

Fonte: censo demográfico/IBGE

Observa-se a redução do número de crianças em cada faixa etária, tendência que reflete a nova composição familiar, tipicamente com menor número de filhos do que o verificado em gerações anteriores. Esta redução tem impacto na rede de ensino, impacto que precisa ser avaliado em razão das diferenças entre o ingresso de alunos nas redes privada e pública. Em todo caso, ano a ano percebe-se uma redução na população, que certamente mobiliza menos recursos (tornando possível mobilizá-los de forma mais intensiva).

O IBGE ainda mantém uma estatística do registro civil, que indica 9.913 nascidos vivos em 2014 no Município.

A distribuição da população menor de 18 anos pode ser realizada por setores socioeconômicos:

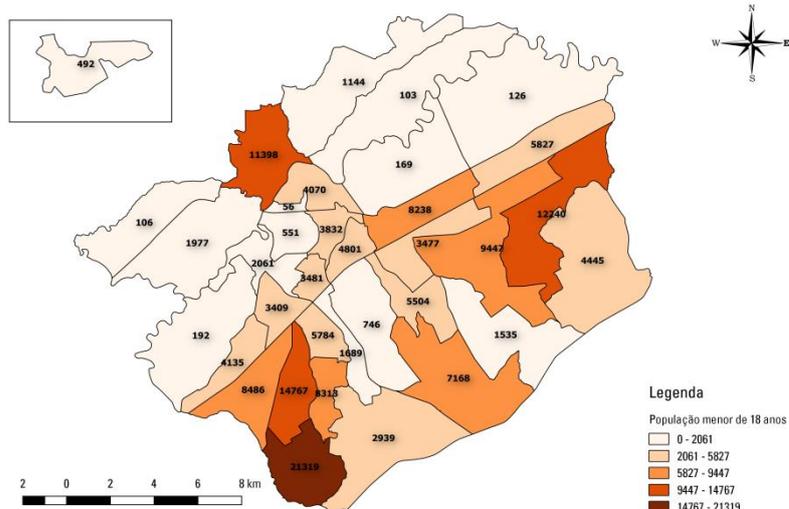


Figura 61 - Distribuição da população menor de 18 anos, por setores socioeconômicos

Fonte: censo demográfico/IBGE

ou ainda por setores censitários, que são as menores unidades de agregação do Censo Demográfico:

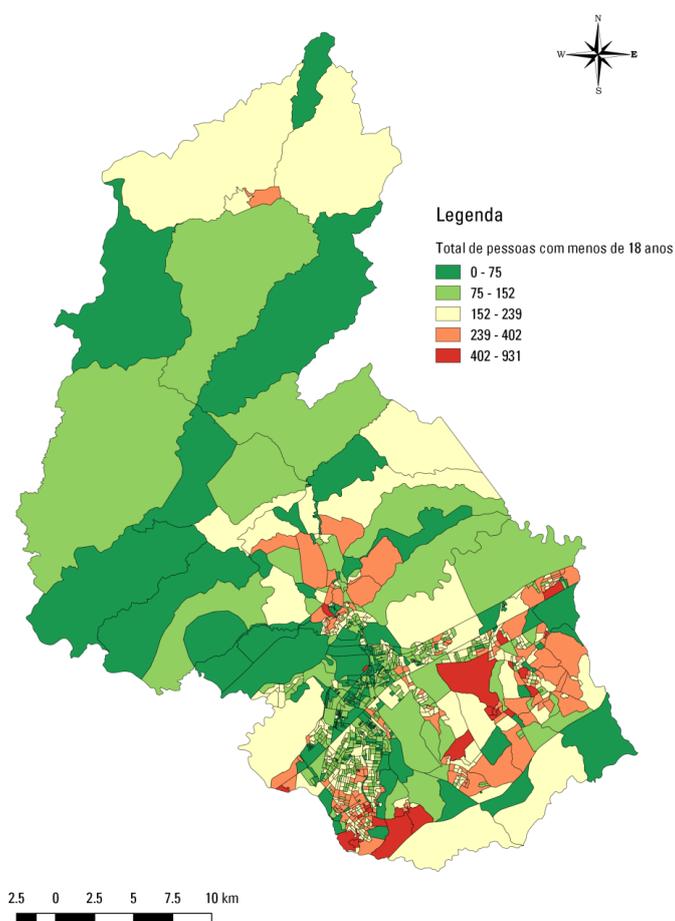


Figura 62 - Distribuição da população menor de 18 anos por setores censitários

Fonte: Censo demográfico/IBGE

Nota-se, em ambos os casos, que as maiores concentrações de crianças e adolescentes ocorrem nas regiões Norte, Sul, Sudeste e Leste, especialmente nas áreas mais afastadas destas regiões. A área central, e também a região Oeste, apresentam setores socioeconômicos e censitários com baixo número de crianças.

Os mapas a seguir segregam a população em análise em três grupos etários: de 0 a 5 anos, de 6 a 12 anos, e de 13 a 17 anos. Apesar de pequenas diferenças, algumas indicativas de um padrão familiar já em estabilização (por exemplo, região do Campos de São José, que é foco dos maiores valores entre 6 e 12 e entre 13 e 17 anos, mas não entre 0 e 5 anos), os mapas indicam realidades muito próximas para a distribuição dos três grupos analisados.

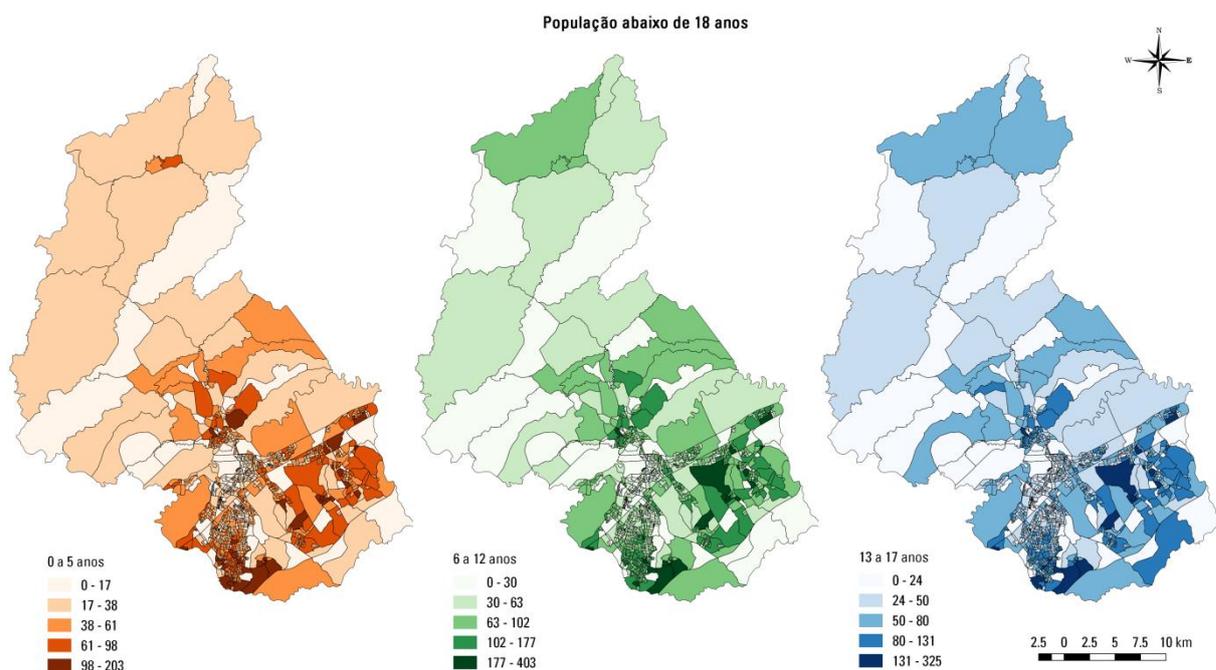


Figura 63 - População menor de 18 anos, dividida por grupos etários.

Fonte: Censo demográfico/IBGE

A utilização de setores censitários como unidade elementar demográfica tem vantagens e desvantagens. Embora apresentem uma consistência técnica e uma justificativa prática, deve ser observado que o setor censitário é uma unidade puramente operacional, não representando em si um agrupamento coerente do ponto de vista sociológico (ainda que, em alguns casos, possa representar de fato realidades específicas). Um segundo problema, mais grave do ponto de vista deste estudo, é o fato de que os setores são heterogêneos quanto ao tamanho, ou seja, à área de cobertura, e conseqüentemente apresentam dificuldades no tratamento de variáveis de estoque (como

o total de população), quando é necessário fazer uma análise comparativa entre eles. Como IBGE subdivide áreas adensadas em muitos setores, um mapa coroplético convencional pode não dar conta de mostrar em escala a presença de pontos com maior volume de população; em outros casos, áreas de grandes setores podem aparecer no valor mais alto da escala coroplética, porém podem apresentar população em baixa densidade.

Uma solução para a heterogeneidade dos setores – e também para mudanças de suporte, ou seja, comparação com outras unidades territoriais – é o uso da chamada grade estatística, que consiste no procedimento de transferir dados de uma superfície à outra, com auxílio de processamento matemático. O processo permite agrupar nas chamadas células de grade toda a informação subjacente dos setores que coincidem com a célula (realizando ponderações por área, quando necessário).

Para fins e análise da população menor de 18 anos, a partir dos Dados Censitários de 2010, foi realizada a mudança para o suporte da grade, sendo utilizada nesse caso uma grade de 500 metros ajustada ao perímetro do Município. A figura a seguir ilustra um pequeno trecho da grade; os números em branco são resultados da ponderação da população menor de 18 anos na grade, a partir dos setores censitários (população em rótulos pretos).



Figura 64 Ilustração do procedimento de ponderação por grade celular.

Fonte: Censo demográfico/IBGE

Como resultado desta ponderação por grade celular, a população abaixo de 18 anos no censo demográfico de 2010 é a seguinte.

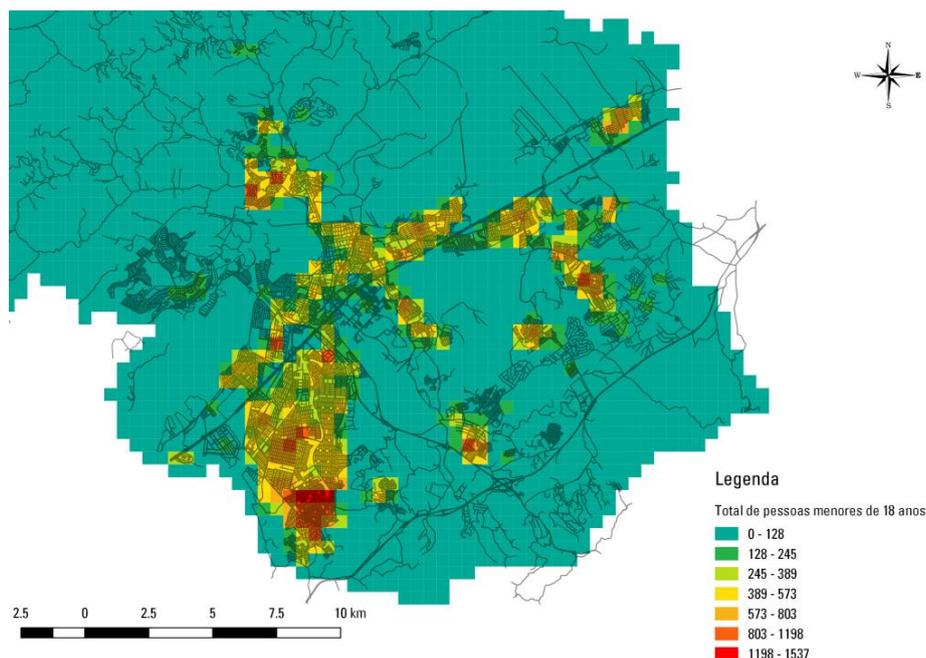


Figura 65 População abaixo de 18 anos em 2010.

Fonte: Censo demográfico/IBGE.

Fica evidente, na grade, que a concentração de crianças e jovens se distribui em núcleos de implantação de novos loteamentos e empreendimentos imobiliários. Há uma concentração de células com alto valor no extremo sul da cidade, onde se verifica a presença de loteamentos não tão recentes, porém de baixa renda. Valores altos também são encontrados em outras regiões que, embora com loteamentos antigos, ainda apresentam baixo padrão de renda.

O mapa a seguir compara a população entre 6 e 12 anos, distribuída na grade celular, com o total de matrículas no Ensino Fundamental público em 2015. O grupo de 6 a 12 anos foi escolhido por ser o mais próximo do Ensino Fundamental em 2015, considerando o envelhecimento da população e também esperando-se certa homogeneidade na distribuição desta faixa etária ao longo dos últimos anos.

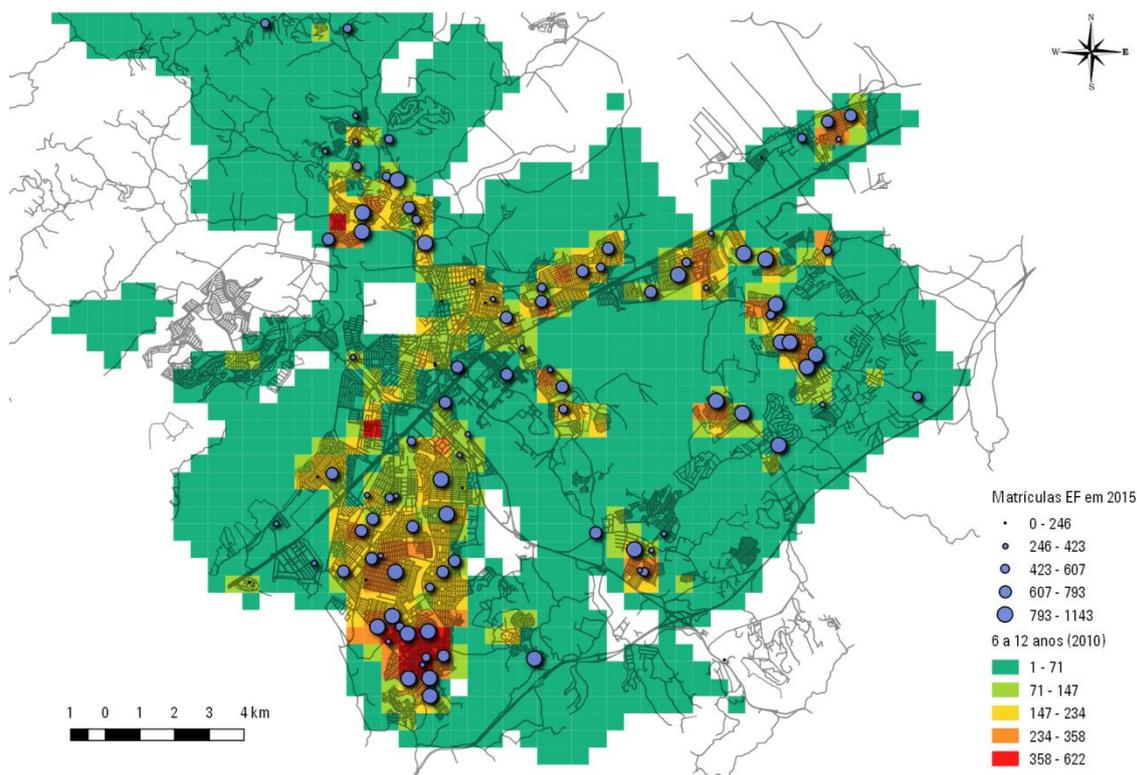


Figura 66 Mapa com população entre 6 e 12 anos (2010) e escolas municipais.

Fonte: Censo Demográfico/IBGE e censo escolar/INEP.

Visualmente, percebe-se que há grande correlação entre o total de matrículas verificadas e o número de crianças. Focos específicos de presença de crianças não aparecem na proximidade de algumas escolas; alguns dos quais podem ser explicados pela presença de famílias de maior renda, que não recorrem ao ensino público (caso do Parque Residencial Aquarius), enquanto outros realmente devem ser analisados, pois claramente localizam-se distante das escolas mapeadas, ou com poucas escolas, dado o volume de população na vizinhança (casos como o Residencial São Francisco, o Interlagos e o Pararangaba).

Em razão dos dados censitários de 2010 estarem ligeiramente defasados, e dada a demanda gerada pela implantação de programas habitacionais (e presença de loteamentos clandestinos) ao longo e ao redor da estrada do Cajuru, convém destacar que esta região é muito carente de escolas, sendo a solução encontrada, até o momento, utilizar com mais frequência o transporte escolar (disponível para crianças em domicílios afastados 2 km ou mais das escolas) – solução que é onerosa ao Município e deve ser reavaliada.